

VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA VERBAL DE NÓS NO PRESENTE E  
PRETÉRITO PERFEITO EM VERBOS REGULARES DE 1ª E 2ª CONJUGAÇÃO:  
PRODUTIVA NO SUDESTE PARANAENSE?

---

IVELÃ PEREIRA\*

IZETE LEHMKUHL-COELHO\*\*

LOREMI LOREGIAN-PENKAL\*\*\*

RESUMO

O tema deste artigo é a variação morfêmica na P4 (nós) em verbos regulares de 1ª e 2ª conjugação, objetivando a descrição e análise das formas canônicas e não canônicas – como -a-mo(s) *versus* -e-mo(s), além de -e-mo(s) *versus* -i-mo(s) – na mesorregião sudeste do Paraná. Para tanto, fundamentou-se em Labov (2008 [1972]; 1994) e Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), Amaral ([1920]), Câmara Junior ([1970]), Castilho (1992) e outros. A pesquisa utilizou-se de metodologia qualitativa, analisando dados de fala e de escrita nas cidades Irati e Mallet, do sudeste paranaense. A partir dos resultados, confirmou-se a hipótese de produtividade da variante não canônica nessa região.

PALAVRAS-CHAVE: Sociolinguística, Variação linguística, Sudeste do Paraná, Concordância Verbal, P4.

---

\* Bolsista CAPES-PROEX de Doutorado em Linguística na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Professora Substituta na Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO – Câmpus Irati), Irati, Paraná, Brasil. E-mail: ivelpereira@gmail.com

\*\* Pós-Doutora na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil. Professora Associada da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: izete.lehmkuhl.coelho@ufsc.br

\*\*\* Pós-Doutora na Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil. Professora Associada da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO – Câmpus Irati), Irati, Paraná, Brasil. E-mail: lpenkal@irati.unicentro.br

## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

Esta pesquisa se insere no âmbito dos estudos sociolinguísticos variacionistas, que investigam a variação linguística na concordância verbal da P4 (4ª pessoa gramatical, nesse caso, apenas *nós*), no Presente do Indicativo (IdPr) e Pretérito Perfeito do Indicativo (IdPt2) – conforme nomenclatura de Câmara Junior (2010 [1970]) – em verbos regulares de 1ª e 2ª conjugação (CI e CII). Está vinculada ao NEES (Núcleo de Estudos Eslavos) e ao VARLINFE (banco de dados de variação da fala eslava, com 24 entrevistas sociolinguísticas de cada uma das cidades do sudeste paranaense: Irati, Mallet, Ivaí, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul), levando em conta entrevistas das duas primeiras cidades desse banco, em análise qualitativa.

Em alicerce aos fundamentos da sociolinguística variacionista, acreditamos que as variações linguísticas são inerentes às línguas, além de serem constituintes do acervo cultural e histórico que elas apresentam, e isso acontece também na língua portuguesa, como já preconizava Vasconcelos no início do século XX, em “Esquisse d’une dialectologie portugaise” (VASCONCELOS, [1970] 1901) – *Ensaio de uma dialetologia portuguesa* – ao tratar dos diversos dialetos do português.

Quanto à variação que é tema deste artigo, faz-se necessário lembrar que, na variedade portuguesa padrão – a despeito da realidade linguística – não há variação nos verbos regulares de 1ª e 2ª conjugação, na P4 (*nós*), em verbos nos tempos de pretérito perfeito e presente do Indicativo, como nos exemplos seguintes (aos quais chamaremos de “canônicos” – representado como C – por estarem de acordo com a norma padrão)<sup>1</sup>:

(1)

### **Verbos de 1ª Conjugação**

1a. Nós sempre *cantamos*. (Presente do Indicativo)

1b. Ontem, nós *cantamos*. (Pretérito Perfeito do Indicativo).

(2)

### **Verbos de 2ª Conjugação**

2a. Nós sempre *comemos* à noite. (Presente do Indicativo)

2b. Ontem, nós *comemos* à noite. (Pretérito Perfeito do Indicativo).

Ou seja, no português brasileiro (PB) padrão, não haveria distinção entre essas duas formas verbais – mas sim uma *neutralização* entre os tempos verbais. Contudo, isso não ocorre na maioria das variedades do português europeu, conforme Câmara Junior (2010 [1970]) aponta. Para diferenciar o presente e o passado, segundo o autor, grande parte dos falantes portugueses costuma distinguir a vogal que precede a desinência modo-temporal (-mos) apresentando-lhe um traço “não-abafado” para marcar o passado (oposto ao contexto de tempo presente, em que o traço da vogal é “abafado” por influência da nasalidade posposta).

Para Câmara Junior (2010 [1970], p. 42), “[n]o português do Brasil, a posição da vogal tônica diante de consoante nasal na sílaba seguinte (ex.: amo, lenha, sono) elimina as vogais médias de 1º grau e torna a vogal baixa central levemente posterior, em vez de anterior”. Isso, por consequência, imprimiria um som abafado ao contexto anterior. Ainda de acordo com o autor, a pronúncia brasileira é semelhante à do português europeu do Alentejo, sendo que ambas diferem da “pronúncia normal portuguesa” na base do dialeto de Lisboa.

Portanto, se, de modo geral, no país europeu de língua portuguesa a pronúncia para cada contexto temporal é diferenciada, as formas verbais de presente e pretérito perfeito também podem ser diferentes na sua ortografia, por meio da possibilidade de se colocar acento na forma verbal que diz respeito ao pretérito perfeito, como explica Câmara Junior (2010 [1970]) sobre dois fonemas /a/ no português europeu. “Um exemplo clássico é a oposição, na 1ª conjugação verbal, entre -ámos (terminação do pretérito perfeito: <<ontem cantámos>>) e -amos (terminação no presente: <<cantamos agora e sempre>>).” (CÂMARA JUNIOR, 2010 [1970], p. 42).

Registrada também no “Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”, tal diferença, pois, é movida pelo contexto de pretérito e presente, o que pode ser visto na seção relativa à acentuação gráfica de palavras paroxítonas. Para Bechara (2008), é facultativo colocar acento agudo nas formas verbais de IdPt2, como *amámos*, *louvámos*, para distingui-las das formas correspondentes no IdPr (*amamos*, *louvamos*), considerando que o timbre da vogal tônica/tônica é aberto, em caso de passado, em certas variedades do português. Mas o autor ressalta

que: “como no português falado no Brasil o timbre da vogal tônica é normalmente fechado em ambos os tempos, o acento não deve ser usado” (BECHARA, 2008, p. 31).

Huber (1986 [1933]) também distingue a forma *cantamos* no presente e a forma *cantámos* no perfeito, com acento agudo, a partir de um *corpus* amplo do português arcaico, tratando disso como uma distinção normal e sistemática. Ademais, Castilho (1992, p. 246) trata das diferenças entre o português brasileiro (PB) e o português de Portugal (PP) da seguinte forma: “o PB não opõe timbres fechados da vogal *a* seguida de nasal: cf. PB presente e pretérito *cantamos*; PP presente *cantamos* / pretérito *cantámos*”. Mas essa especialização do *cantamos* para o presente e do *cantámos* para o passado parece não ocorrer em todos os lugares de Portugal, de modo que alguns falantes asseveram não fazê-la e variar algumas vezes (conforme afirmaram professores nativos de Portugal, no *I International Symposium on Variation in Portuguese* – Universidade do Minho –, em 2014).

Sobre essa suposta neutralização no PB, Queriquelli (2016) explica que o sistema do português brasileiro reage a essa neutralização (que existiria conforme a gramática tradicional). Segundo o autor, como ela ocorre tanto no plano morfológico quanto no fonológico, seria necessário alguma forma de distinguir presente do passado. Com isso, no português brasileiro padrão, o uso do gerúndio para marcar o presente, aliado a um advérbio (“Estamos pescando agora”) é bastante comum. Já, por exemplo, a forma *pescamos* estaria, de acordo com ele, especializando-se para expressar o pretérito perfeito, embora venha geralmente acompanhada de um advérbio temporal, como *ontem*. Por outro lado, como ressalta Queriquelli (2016), em um PB vernacular<sup>2</sup>, principalmente no “dialeto caipira”, haveria uma distinção entre as formas, realizadas foneticamente como [pes'kamu], para marcar o presente, e [pes'kemu], para marcar o pretérito perfeito, ambas com queda de -s final.

No PB rural, ocorreria comumente na fala (e até na escrita) o tipo específico de variação linguística de que se ocupa este texto – variação morfêmica entre *-a-mo(s)* versus *-e-mo(s)*, bem como *e-mo(s)* versus *-i-mo(s)* –, mostrando um traço do falar rural na língua portuguesa, o qual pode ser observado em canções como as de Adoniran Barboza – em

“Maloca querida” e “Samba do Arnesto” – e de Tonico e Tinoco, “Chico Mineiro”. As composições citadas foram escritas no século XX, e, no século XXI, apareceram algumas canções caipiras que têm atingido o público jovem. Um desses exemplos é a música “Semo porque semo”, de João Carreiro e Capataz: “*Demoremo, mas cheguemo/ Nós semo caipira memo/ Semo porque semo e também porque queremos/ Semo porque semo e também porque queremos*”.

Além de trazer à tona o fenômeno de variação linguística do qual se ocupa este texto, a música apresenta elementos culturais a serem ressaltados, como a identidade *caipira* e um orgulho de ser assim chamado. A própria expressão “demoremo, mas cheguemo” traz em seu bojo a realidade de uma cultura que demorou a ser valorizada na sociedade – e, diga-se de passagem, continua sendo vítima de preconceito linguístico (BAGNO, 2002) por alguns falantes de português. Nesse contexto, ressaltamos que a expressão “caipira” é utilizada para se referir ao interior de São Paulo e, algumas vezes, Minas Gerais, embora se utilize essa expressão para fazer remissão à cultura do interior do país, envolvendo (parte d)os estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul<sup>3</sup>.

Em algumas regiões (e/ou contextos) do Brasil, portanto, parece haver uma variação linguística, como nos exemplos a seguir (os quais designamos “não canônicos” – NC), ressaltando, porém, que, de modo geral, tais variantes são mais produtivas no contexto de passado.

(3)

### **Verbos de 1ª conjugação**

3a. Nós sempre *cantemo(s)*. (IdPr).

3b. Ontem, nós *cantemo(s)*. (IdPt2).

(4)

### **Verbos de 2ª conjugação**

4a. Nós sempre *comimo(s)* à noite. (IdPr)

4b. Ontem, nós *comimo(s)* à noite. (IdPt2)

Sobre essa (suposta) particularidade do português brasileiro, Castilho (1992, p. 250) já a havia explicitado, afirmando haver uma

“elevação da vogal temática *a* para *e* e [de] *e* para *i* no pretérito perfeito do indicativo, para distingui-lo do presente do indicativo: *ficuemo* (por *ficamos*), *bebimo* (por *bebemos*)”. Desse modo, segundo o pesquisador, tratar-se-ia de um traço distintivo entre as formas verbais. Nesse âmbito, vale ressaltar, também, outros fatores que tendem a condicionar a marcação da concordância verbal de primeira pessoa do plural: (i) o aspecto da *saliência fônica*, isto é, de modo geral, a presença ou a ausência do *-s* final da desinência da DNP (desinência número-pessoal) *-mos* costuma indicar se a forma é mais ou menos saliente<sup>4</sup>; (ii) a queda do morfema de primeira pessoa do plural com a indicação da pessoa do discurso apenas no pronome (*nós ficaØ*); (iii) a tendência à redução das palavras proparoxítonas em paroxítonas (*ficávamos*>*ficavaØ*); (iv) a escolaridade como fator relevante na marcação da concordância (ZILLES; MAYA; SILVA, 2000; ZILLES; BATISTA, 2006; e COSTA, 1990).

Mais especificamente a respeito da variação na 2ª conjugação (CII), observa-se que parece não ser tão produtiva quanto à de 1ª conjugação (CI). Já há algumas pesquisas que tratam da variação na CI em algum aspecto – como Costa (1990), ao considerar o *-e-* como uma “variável independente” –, mas a variação na 2ª conjugação é menos citada e requer um esforço maior de pesquisa. Para ilustrar esse último tipo de fenômeno linguístico (na 2ª conjugação), trazemos à tona alguns dados coletados (ouvidos na rua e no convívio diário com pessoas do local) no interior do Paraná (os quais foram apresentados por nós no *I International Symposium on Variation in Portuguese*). Tais exemplos mostram que o *-i-mo(s)* está sendo utilizado por alguns falantes de português no interior do Brasil:

(5)

A viagem demorou demais, daí nós *anoitecimoØ* na estrada, foi difícil...  
(F, 54 anos, Ensino Médio, Quedas do Iguaçu-PR)

(6)

Nós *abastecimoØ* o carro lá naquele posto da avenida, sabe? (F, 54 anos, Ensino Médio completo, Quedas do Iguaçu-PR).

(7)

Então ontem nós *comimo*Ø tudo aquele queijo que tava na geladeira? (M, 16 anos, Ensino Médio incompleto, Quedas do Iguaçu-PR)

(8)

Nós *meximo*Ø no telhado antes e, depois, nós *vendimo*Ø a casa. (F; 42 anos, Ensino Médio completo, Quedas do Iguaçu – PR)

Em todos os exemplos citados, as formas verbais estão no passado, mostrando que essa variação privilegia esse contexto temporal. É válido ressaltar, nesse sentido, que nos bairros de Florianópolis da pesquisa de Pereira (2014), não foram encontrados dados desse tipo de variação na 2ª conjugação (tanto que apenas foi considerada a variação na 1ª conjugação). Assim como naquela pesquisa, pressupomos que esse fenômeno seja mais recorrente na fala de informantes de zonas menos urbanas.

Como se pôde observar pelos dados de (5) a (8), utilizados no tempo verbal de pretérito perfeito por falantes de Quedas do Iguaçu, com escolaridade média, esse tipo de uso parece ser considerado comum, sem estigma, nessa comunidade. Considerando Castilho (1992), cabe a questão sobre o fato de o uso de *cantemo* e *comimo* ser um tipo de variação fonética ou morfêmica, de *desneutralização* do tempo verbal, como também propusemos em Pereira (2014).

Acreditamos que esta questão é essencial no entendimento de tal fenômeno linguístico, mas só poderá ser respondida após a análise de um conjunto representativo de dados. Vamos partir da ideia de que se trate de uma variação no campo morfêmico, uma vez que se percebe um uso mais comum no passado, como um traço distintivo temporal, porém, é também nesse ponto que entra outro questionamento essencial: se o uso do morfema não canônico teria uma função distintiva de “desneutralização temporal”, haveria, de fato, variação linguística ou uma especialização funcional? *A priori*, com base em Pereira (2014), quando encontramos dados – embora escassos – do morfema não canônico em ambos os contextos verbais, acreditamos que esteja havendo uma variação – pelo menos neste momento histórico –, uma vez que, tanto no presente quanto no passado, parece haver o uso variável entre as formas.

Desse modo, a partir da constatação da existência de uma alternância na concordância verbal de P4, nosso objetivo geral foi descrever o fenômeno em variação entre elementos canônicos (C) e não canônicos (NC) – entre *-a-mo(s) versus -e-mo(s)*, bem como em *-e-mo(s) versus -i-mo(s)*, analisando dados de registros de escrita e fala no contexto geográfico do sudeste paranaense, em consideração à nossa hipótese da sua produtividade nessa região do Paraná, por se tratar de uma região com características de ruralidade.

No que se refere à representação das variantes, aparecerão sempre de forma bipartida, já que *-a-* e *-e-* (bem como *-e-* e *-i-*) seriam as vogais temáticas – ou DMT (desinência modo-temporal), se considerarmos a representação no subjuntivo (ex.: “É necessário que nós cant-*e*-mos). Todavia, a desinência número-pessoal *-mos* está atrelada à variação foco desta pesquisa, considerando que a variação se torna inviável quando há apagamento completo da desinência *-mos* (ex.: “Nós cantemo(s)” *versus* “\*nós canteØ”). Já na forma canônica, isso é possível. Ex.: “Nós cantamo(s)” *versus* “Nós cantaØ”).

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como já mencionado, o fenômeno em questão parece ser típico de zonas mais rurais e/ou menos urbanas. Amaral (1976 [1920]), tratando de peculiaridades do *dialeto caipira* (do interior do estado de São Paulo), menciona essa variação na concordância verbal, asseverando que “nas formas do preter. perf. do indic. dos verbos em *ar*, a tônica muda-se em *e*: *trabaiêmo* = trabalhamos, *caminhêmo* = caminhamos” (AMARAL, 1976 [1920], p. 29).

Ainda segundo Gonçalves e Basso (2010, p. 190), a diferença entre os tempos gramaticais “é marcada no português brasileiro coloquial, principalmente no chamado “dialeto caipira”, através da oposição “pescamos” (presente) vs. “pesquemos” (pretérito perfeito)”. Assim, mediante tal descrição reconhecida pelos autores como típica do tradicional *dialeto caipira*, fortalecemos nosso argumento de que a variação entre *-a-mo(s)* e *-e-mo(s)* – com extensão para *-e-mo(s) versus -i-mo(s)* – está relacionada a zonas menos urbanas (ou rurais), e esse tipo de alternância seria um traço linguístico recorrente em outras regiões



interioranas do país. Por conta disso, focalizamos a região do sudeste do Paraná, com o objetivo de perceber se tal fenômeno ocorre (de modo produtivo) nessa localidade, uma vez que já fizemos um estudo numa capital litorânea, mais urbana (Florianópolis) – em Pereira (2014) –, e notamos que esse tipo de uso é escasso entre os falantes dessa capital e, possivelmente, também em outros centros urbanos, justamente pelo fato de ser uma forma estigmatizada, tratada como algo típico da fala “caipira” ou “colona”.

Portanto, com base na caracterização do objeto e nos estudos de Labov (2008 [1972]) e Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), as perguntas essenciais que nortearam esta pesquisa foram: em que contexto geográfico a variação morfêmica na P4 em IdPr e IdPt2 aparece? Haveria registros escritos dessa variação linguística na região sudeste do Paraná? É possível afirmar que tal variação seja produtiva no sudeste paranaense?

A princípio, acreditávamos que esse fenômeno ocorreria apenas em regiões influenciadas pelo dialeto dos imigrantes italianos – como aparece nas pesquisas de Frosi e Mioranza (1983) e Costa (1990) –, mas Vasconcelos (1970 [1901]), sobre a dialetologia portuguesa, tratando, especificamente, do português europeu, no pretérito perfeito e presente do Indicativo, mostrou que esse fenômeno já acontecia no século XIX em Portugal:

Presente do Indicativo: Há muitas hesitações. No norte de Trás-os-Montes, a gente diz, na 1ª conjug. –*amos*, ex. *Ama-mos* < 1. *amus*; em uma grande parte do país, no Norte, assim como no Sul, nós dizemos –*emos*, ex. *amemos*, – pode ser por influência de *temos* (e também *havemos*), que tem um emprego mais frequente na conjugação perifrástica. No Minho, nós podemos ouvir –*ámos*. – Nas outras conjugações, não há nada a observar. (Em Batalha, eu já ouvi *descimus*). [...] Pretérito Perfeito: No Norte e no Centro, a terminação –*emos* (–*êmos*, –*émos*, –*iêmos*, de acordo com as leis fonética) é mais frequente na 1ª conjug., por analogia com a 1ª pessoa do singular. (–*ei*) : < < *lat- amus* (–*auimus*). Em Androal, dizemos: –*ámos*, como na linguagem literária. Exs.: *amemos*, *amámos*. (VASCONCELOS, 1970 [1901], p. 111-112, tradução nossa).

Tal dialetólogo, além de fornecer indícios de variação em relação ao nosso objeto de estudo no português europeu, traz à tona algumas hipóteses sobre o porquê de essas variações terem surgido. É interessante perceber que o autor deixa claro já ter ouvido a expressão *descimus* (“descemos”) numa região de Portugal. A partir disso, então, pudemos traçar novos questionamentos: essa variação morfológica ocorreria por influência do dialeto italiano ou se trata de um vestígio antigo de variação no português anterior ao século XX? Os brasileiros de origem polonesa e ucraniana também produzem esse tipo de variação? Se esses descendentes de eslavos também a produzem, qual seria, pois, a origem de tal variação?

Não obstante compreendamos que algumas dessas questões não possam ser respondidas somente a partir desta pesquisa. Por meio da discussão já aventada, percebemos que o fenômeno linguístico em questão é reconhecido por muitos pesquisadores, mas ainda foi pouco investigado, não havendo estudos sociolinguísticos – além de Pereira (2014) – que tratem especificamente dessa alternância morfológica como uma variável dependente, ainda mais na região do sudeste do Paraná. Portanto, este artigo se justifica por apresentar características de originalidade e relevância, uma vez que são apresentadas reflexões e análise de dados a respeito de um objeto teórico ainda pouco explorado.

Nesse contexto, ao considerarmos as características históricas e geográficas da região a ser trabalhada – a exemplo de Labov (2008 [1972]) em Martha’s Vineyard –, observamos características que marcaram a língua daqueles que podemos chamar, conforme Steca e Flores (2002), de “colonos” do sudeste do Paraná, por utilizarem determinadas marcas que os identificam como falantes de uma mesma comunidade, como o uso do /R/ tepe (*caroça* no lugar de *carroça*), a despalatalização (*trabaio* ao invés de *trabalho*), variantes lexicais (*desacorçoar* para *desanimar*), entre outros traços peculiares a comunidades de fala rurais.

Faz-se necessário ressaltar que, de acordo com nossas bases teóricas, o que nos interessa não é a variação e mudança linguísticas no indivíduo, mas sim nas **comunidades de fala**<sup>5</sup>, pois, como afirmam Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 126), “as gramáticas em que ocorre a mudança linguística são gramáticas da comunidade de fala”, observadas na interação social.

Nesse sentido, um levantamento das peculiaridades sociais, geográficas e históricas é essencial para se analisar uma comunidade de fala, pois, como afirma Labov (2008 [1972], p. 21) em seu estudo sobre a alteração dos ditongos /ay/ e /aw/ na ilha de Martha's Vineyard, “não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre [...], as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua”.

Em relação aos estudos históricos e geográficos voltados ao Paraná, Wachowicz (1995) e os dados do IparDES (2004) foram fundamentais para as reflexões históricas antes de se partir à análise dos dados. De acordo com Wachowicz (1995), a ocupação do território paranaense pode ser dividida em três áreas histórico-culturais, sendo que a primeira área é denominada *Paraná Tradicional* que, do ponto de vista político, emanava até há pouco tempo o poder político do Estado, e teve início no século XVII, com a descoberta do primeiro ouro encontrado pelos portugueses no Brasil: Iguape, Cananéia, Paranaguá e Curitiba. Essa “sociedade aurífera” que se formou na região não prosperou o suficiente devido à escassez desse metal, tanto que dessa fase pioneira sobram alguns núcleos populacionais escassos, tanto em Curitiba quanto no litoral. (WACHOWICZ, 1995, p. 327). Nesse contexto, segundo o IparDES (2004, p. 70), a “mesorregião Sudeste compunha, junto com as mesorregiões Centro-Sul, Centro-Oriental e Metropolitana de Curitiba, o denominado *Paraná Tradicional*, ocupado com latifúndios que remontam às sesmarias.” A princípio, a produção rural era de subsistência, com pequenos produtores, mas “a colonização posterior, com eslavos (russos, poloneses e ucranianos), sob o regime da pequena propriedade, desenvolveu a produção de alimentos” (IPARDES, 2004, p. 70).

Trata-se de uma mesorregião constituída de 21 municípios, sendo que, dentre eles, estão as seis cidades (até o momento) componentes do banco VARLINFÉ (Irati, Mallet, Prudentópolis, Ivaí, Rebouças, Rio Azul). Consiste num local marcado pelo trabalho agrícola e pela realidade rural, caracterizado, portanto, por uma população muito ligada ao campo, sujeitos que podem ser considerados “caipiras” pelo seu modo de falar e viver.

**FIGURA 1:** MESORREGIÃO DO SUDESTE DO PARANÁ



Fonte: IPARDES (2004, p. 7)

Não obstante preferamos designar esses sujeitos de “camponeses” ou “colonos”, de acordo com a literatura especializada, já foi possível notar que o *dialeto caipira* (do interior de São Paulo) apresenta traços semelhantes aos da fala do colono do sudeste do Paraná. Amaral (1976 [1920]) explicava, no começo do século XX, que o “dialeto caipira” estaria se restringindo a regiões mais rurais e isoladas, mas ele logo desapareceria em poucos anos. No entanto, hoje é possível observar que esse dialeto se preserva em regiões de zona rural e/ou isoladas, como a região que é foco desta pesquisa.

Já Franca (1977), em sua obra *Marcas de fala caipira norteparanaense*, traz algumas entrevistas coletadas na região norte do Paraná e analisa dados de elementos morfêmicos, sintáticos, fonéticos e semânticos relacionados à variedade que ele denomina “caipira” por fazer fronteira com o interior do estado de São Paulo. Observamos atentamente todos os fenômenos linguísticos citados pelo autor, mas não encontramos qualquer menção à variação morfêmica por nós investigada, a qual também não apareceu nas entrevistas presentes no livro. Tal resultado nos deu um indício de que essa variação linguística

possa se mostrar com maior significância no sudeste do Paraná, talvez não sendo tão produtiva naquela região paranaense.

No *Atlas Linguístico do Paraná*, de Aguilera (1996), ao tratar dos diversos pontos de investigação, pode-se ressaltar o ponto 52, equivalente à cidade de Irati, que, segundo Aguilera (1996, p. 81), é o “nome de uma variedade de abelhas encontrada na região, em guarani significa ‘terra de bastante mel’”. Ainda segundo a autora, a cidade apresenta a agricultura como atividade econômica predominante, mostrando que se trata de uma cidade de característica rural. Para a composição da amostra do Atlas, foram entrevistados um agricultor de 44 anos e uma agricultora analfabeta de 46 anos, os quais foram escolhidos como representantes da região, revelando, mais uma vez, a peculiaridade campesina da cidade iratiense e dos municípios próximos a ela, constituintes da região sudeste do Paraná.

### 3. METODOLOGIA, RESULTADOS E ANÁLISE

Na delimitação da amostra de pesquisa, foram considerados dois municípios do sudeste paranaense, Irati e Mallet, cidades próximas que são abarcadas pelo banco do VARLINFE, levando em conta duas entrevistas sociolinguísticas (uma de cada município), as quais foram consideradas constituintes de uma só comunidade de fala. Além disso, analisamos outros gêneros discursivos: documentos escritos e formais da cidade de Irati; o diário (escrito) de um informante de Mallet; e depoimentos orais (transcritos) de informantes desse contexto geográfico.

Sobre a realização das entrevistas sociolinguísticas do banco VARLINFE, segundo Costa e Loregian-Penkal (2015, p. 101):

[...] seguiram os pressupostos da Sociolinguística Quantitativa Laboviana (LABOV, 2008; TARALLO, 1990). Para tanto, a entrevista, com duração mínima de quarenta minutos, deveria versar sobre assuntos de interesse do entrevistado, de modo a levá-lo a falar o mais naturalmente possível. [...]. Em relação ao perfil dos informantes, foram definidos inicialmente estes três critérios básicos: **1.** Falantes descendentes de eslavos (ou seja, descendente de ucraniano ou polonês, de pai ou de mãe ou de ambos. Ter nascido na comunidade

e/ou ter se mudado para lá no máximo aos 2 anos de idade). **2.** Não ter viajado intensamente para outras localidades (por exemplo, o informante não poderia ter sido caminhoneiro ou vendedor); **3.** Morar na zona rural de um dos seis municípios incluídos na amostra.

Neste artigo, por se tratar de uma pesquisa inicial, as entrevistas do banco compuseram apenas uma parte da amostra, a qual ficou configurada da seguinte forma:

**QUADRO 1:** DESCRIÇÃO DA AMOSTRA E DAS VARIÁVEIS EXTERNAS

FATORES EXTERNOS	AMOSTRA			
GÊNERO DISCURSIVO	Documentos	Diário	Depoimentos	Entrevistas sociolinguísticas (vernáculo)
MODALIDADE	Escrita	Escrita	Oral transcrita (por vezes, modificada)	Oral
ESTILO	Formal	Informal	Formal	Informal
PERÍODO	Início do século XX	Começo do século XXI	Começo do século XXI	Começo do século XXI
SUPORTE	Livro “Irati”	Livro “Memórias dos povos do campo no Paraná Centro-sul”	Livro “Memórias dos povos do campo no Paraná Centro-sul”	Banco VARLINFÉ

Fonte: Elaboração própria.

A partir da constituição de uma amostra pequena e variada – embora ressaltemos a importância de uma análise quantitativa para os estudos sociolinguísticos labovianos – neste momento optamos por uma análise qualitativa de dados, buscando as formas canônicas e não canônicas nos exemplares de fala e de escrita da comunidade de fala eleita, haja vista que se pretende fazer um estudo mais amplo

futuramente. Este artigo é resultado de uma primeira aproximação da comunidade de fala, com vistas à verificação da incidência e produtividade do fenômeno linguístico variável nessa localidade. Mesmo não utilizando pacote de dados estatísticos, consideramos, além das variáveis externas, apresentadas no Quadro 1, três variáveis internas, a saber: 1) *saliência fônica* (apagamento ou não do -s final da desinência –mos/-mo); 2) *tempo verbal* (presente e pretérito perfeito – IdPr e IdPt2); e 3) *conjugação verbal* (1ª e 2ª conjugação – CI e CII).

Acreditamos que os resultados de pesquisa possam indicar um *continuum* de uso em que a variante NC vá se estabelecendo cada vez mais conforme o menor nível de formalidade, no caminho também para a oralidade. Nesse sentido, nossa hipótese seria de que as entrevistas sociolinguísticas do banco VARLINFE trariam dados da variante não canônica, ao passo que, na modalidade escrita formal (documentos), é possível que não aparecessem as marcas não canônicas da oralidade.

Em relação à primeira parte da amostra, investigamos a obra *Irati* (1974), na qual o autor José Maria Orreda faz um panorama geral histórico da cidade, trazendo, primeiramente, a biografia de sujeitos pioneiros do município e que contribuíram para a construção da cidade. Depois, traz a transcrição de leis, atas e depoimentos de iratienses pioneiros, com as devidas explicações sobre tais documentos. Orreda (1974) manifesta insatisfação por não haver um arquivo público na cidade e por terem perdido vários documentos, que foram retirados indevidamente da Prefeitura, além de outros estarem à mercê da umidade, mofo e destruição.

Esse comentário do autor está de acordo com aquilo que observam pesquisadores e linguistas voltados a estudos históricos: a fragmentação dos documentos encontrados no tempo, deixados “por azar”. Por conta disso, nesse processo de mapeamento de mudanças linguísticas, muitas vezes é necessário fazer bom uso de maus dados de que dispomos no material histórico (LABOV, 1994; SILVESTRE, 2007), ou seja, bom uso de dados de documentos antigos, mantidos à sorte do tempo. Em geral, não é possível controlar variáveis sociais a partir desses *corpora*.

Sobre as duas outras partes da amostra, utilizamos: 1) depoimentos memoriais de sujeitos da região; 2) diário completo de um pioneiro de

Mallet: ambos presentes no livro *Memórias dos povos do campo no Paraná Centro-sul* (2013). Nesse contexto, é preciso esclarecer que a expressão “centro-sul” costuma ser utilizada para incorporar também a mesorregião sudeste do Paraná – estabelecida pelo Ipardes (2004) –, mas tanto a mesorregião centro-sul quanto a sudeste são componentes da região sul do Paraná. Nessa obra de memórias, por se tratar da transcrição de depoimentos da fala e também da escrita de diário de um homem do campo, mantém-se os traços de ruralidade da amostra.

Iniciando-se a coleta e análise de dados, na obra *Irati*, apresentaram-se documentos formais, escritos, do começo do século XX, e, em cada um dos documentos revelados na obra, observou-se que os contextos de escrita não privilegiavam o uso do pronome “nós” e das suas respectivas formas verbais de IdPr e IdPt2. As atas, por exemplo, privilegiam a voz passiva, enquanto, nas leis, domina-se o uso do imperativo. Já os depoimentos, de modo expressivo, foram escritos em 1ª pessoa do singular – e não do plural –, além de trazerem muitos verbos no pretérito imperfeito do Indicativo. Apesar disso, foi possível encontrar alguns dados apenas da forma canônica (tanto no IdPt2 quanto no IdPr) no uso da 1ª conjugação, como se pode ver nos exemplos a seguir, retirados do depoimento de Altino Borba, em 23 de julho de 1967, e Ernesto Silva Araújo, 25 de outubro de 1968, respectivamente:

(9)

Era uma vez um povoadozinho que nascia... 15 de julho de 1907. Assim sendo, está patente que somos contemporâneos. *Brincamos* juntos em nossa infância. [...] (ORREDA, 1974, p. 183).

(10)

Irati apresenta bom meio ecológico para a produção de frutas de clima temperado, que ainda *importamos* para abastecer Rio e São Paulo. (ORREDA, 1974, p. 184).

Percebe-se que, no primeiro depoimento, a forma canônica está ocorrendo em contexto de passado (IdPt2), ao passo que, no segundo exemplo, a variante canônica ocorre no presente (IdPr) – o que revela um uso categórico da variante da norma padrão. Do mesmo modo, nas



transcrições de gêneros jornalísticos a seguir só se apresentam exemplos da variante canônica, tanto na 1ª quanto na 2ª conjugação verbal:

(11)

“O Debate”, nº 160, 14 de setembro de 1969.

*Chegamos* com a nossa tralha num vagão de carga. E *permanecemos* por muitos dias, porque a moradia do agente estava ocupada pelo guarda-chaves. (ORREDA, 1974, p. 185).

(12)

Luciano Osinski. Correio do Sul, 28 de março de 1965.

*Transcrevemos* aqui, em parte, um rápido estudo que fizemos em março de 1964. Não *mencionamos* aqui a farinha de milho por ser produto por demais conhecido. (ORREDA, 1974, p. 221).

Para que houvesse variação, seria necessário aparecer dados de “cheguemo(s)”, “permanecimo(s)”, “transcrevimo(s)” e “mencionemo(s)”, contudo, nesta obra, não foram encontrados dados da forma não canônica. Mais que isso, todos os dados revelaram mais saliência fônica, ou seja, o uso padrão da DNP *-mos*. Acreditamos que não encontramos esses dados em variação devido ao fato de que todos os textos transcritos na obra tenham sido produzidos por sujeitos mais escolarizados e que dominavam a norma padrão, bem como as formas canônicas de uso, além de a obra em questão ter provavelmente passado por revisão antes de sua publicação.

Já no que concerne a alguns exemplos de dados coletados em *Memórias dos povos do campo no Paraná Centro-sul* (2013), foram encontrados dados das formas canônicas e não canônicas em variação. Isso mostrou que o uso das formas não canônicas parece ocorrer com maior expressividade na fala (e escrita informal, como neste fragmento de diário) de um sujeito morador do campo:

(13)

*Comessemos* a estudar dia 19 de fevereiro do ano 2005. Ingleis astronomia professor Nelson professora Sandra ingleisFizica professora Janeta Matemática professor Nelson ciência professor Claido. (PORTO; SALLES, 2013, p. 358).

(14)

[...] se fosse pro homem viver sozinho Deus não faria a Eva Adão estaria até hoje sozinho Muntas famílias dizem o pai viuvo aguenta os pontos não *deixamos* ele cazar de novo ou a mãe cazar de novo mais as vezes as famílias moram bem distante e o fulano viúvo ou a fula viúva tem que morar sozinho [...]. (PORTO; SALLES, 2013, p. 358).

É importante notar, a partir desses dois dados coletados, na escrita de seu diário, que o informante utiliza a forma não canônica (“comessemos”, no lugar de “começamos”) para um contexto de passado (IdPt2), mas utiliza a forma canônica para um contexto de presente (“deixamos”). Isso pode dar indícios de que os indivíduos do sudeste paranaense utilizem uma marcação diferente – não canônica – como uma forma de diferenciar passado de presente. Além disso, é bastante evidente que a escrita desse informante apresenta traços de oralidade e desvios da norma padrão, características bem diferentes das encontradas na primeira parte de nossa amostra.

Já em outra parte do livro – que compõe a terceira parte de nossa amostra –, no depoimento de uma informante, observamos a forma não canônica também ocorrendo em contexto de passado (IdPt2), mas sem apagamento do –s final da desinência número-pessoal:

(15)

Não plantava, pois era nosso. Eles queriam tomar e nós não podíamos entregar, pois era nosso. Daí que eles... Deus... Eles fizeram tudo aquilo. Daí que tivemos que trocar lá, *troquemos* lá e viemos pra cá. (PORTO; SALLES, 2013, p. 242).

Além disso, foram encontrados outros registros escritos de informantes que se utilizaram da variante NC de 1ª conjugação. Neste dado (16), por exemplo, ocorre o apagamento do -s da desinência número-pessoal *-mos*, como já havia sido mencionado em Pereira (2014), que tal apagamento parece estar ligado ao uso de formas não canônicas. Isso foi comprovado naquela pesquisa ao utilizarmos essa característica como uma variável dependente interna, e a análise estatística ter nos revelado tal resultado – 75% das formas com a presença -s eram canônicas, para 25% de não canônicas não marcadas.

(16)

Nóis fazia as tora e rolava. *Limpemo* a muque o pinhalão. Punha uma vara de um metro, um metro e pouco de cabeça de tora e punha aquela madeira e rolava por cima. Não existia serraria, nóis estava fazendo a limpeza para fazer a fundação da serraria, que foi feita a muque. [...] (PORTO; SALLES, 2013, p. 261).

Além dessa questão do apagamento, observam-se outros traços típicos da fala rural, como a epêntese de *-i-* na palavra “nóis” (“nós”), revelando, mais uma vez, que o uso de *-e-mo(s)* na 1ª conjugação, em contextos de passado parece consistir numa peculiaridade linguística rural. No dado a seguir, percebe-se novamente o apagamento do *-s* da desinência número-pessoal:

(17)

Trabalhando pra empresa. E lá então nunca *mudemo*, mas não foi que o meu pai nuca quis, nunca, nunca. É, ele sempre dizia “eu não vou, eu só faço serviço de empreitada, eu não vou, é morar em casa de Zattar lá, fazenda do Zattar, eu não vou”. [...] (Entrevista realizada em 12/02/2010). (PORTO; SALLES, 2013, p. 305).

Passando-se aos dados recolhidos na quarta parte da amostra (entrevistas sociolinguísticas), foi observado o uso da forma não canônica de 2ª conjugação – além da 1ª conjugação, também presente –, o que não havia ocorrido nas outras partes da amostra, como se pode ver no conjunto de dados a seguir:

(18)

**Informante:** Tem mais é bol-, é futebol, a gente vai, né, futebol, né que a gente vai, né, nós *tocamo* um time dali, da colonha, né. Tamo, *joguemo* três jogo, né, *perdimos* um, *empatemo* um e *ganhemo* otro. [...] Os jogador tanto do interior daqui memo, tanto *peguemo* de cidade. [...]

**Entrevistadora:** Você foi eleito pra ser técnico?

**Informante:** Aqui da central? É que num tinha ninguém pra tocar o Varziano, daí nóis *peguemo* pra tocá. Tava parado o time da colonha, né? Daí nóis *peguemo* pa tocá com meu irmão otro.

**Entrevistadora:** E aí vocês vão pra outras comunidades jogar, como é que é?

**Informante:** Nós *jogamoØ*, é, nós jogava nas comunidade [ininteligível] tinha um time rural também, né? Do interior, que faziam antigamente [...]

[Ininteligível] três jogo, *perdimos* três ano passado i... depois que no final que nós fumo ganhando, que não caiu. [...] Tem que vendê 40 cartela. Se não vendê, você tem que pagá do teu bolso, né? Esse ano, as comarca, *paguemoØ*, né? Deu a metade, eu di a metade, porque é difícil você vendê, né? [...] Só que *ganhemoØ* um jogo de camisa do meu sobrinho de Curitiba, né? [...] Nós já tava bem desacorçoado [...] Ano passado, as veiz, nós começava com deiz, nove jogador, rapaiz... E é onze que joga, sabe? Nós começava com nove, deiz, [...] dava, ih... ma, rapaiz, daí pricisava, *desacorçoemoØ*. [...] Daí ficava ruim, né... Daí nós *fiqumoØ*, não era fácil nós imo jogá daqui, tudo...

Trata-se do relato de um informante que não finalizou o primário, tem 42 anos, trabalha como lavrador, nascido e morador do campo em Irati. Além do uso lexical peculiar da região, verificado por meio do verbo “desacorçoar” (desanimar), ao observarmos cada um dos dados, verifica-se, em relação à variável saliência fônica, um total apagamento do -s final da desinência número-pessoal. Quanto aos contextos de pretérito perfeito e presente, foi percebido que o uso da forma não canônica ocorreu apenas em contexto de passado, ao passo que a forma canônica (porém sempre com apagamento do -s final) apareceu apenas no contexto de presente (como *tocamoØ*). Isso se confirma em outros dados desse mesmo informante, como os seguintes:

(19)

**Entrevistadora:** E daí em dezembro, no dia 24, vocês não comemoram?

**Informante:** *ComemoramoØ*. Fazemo, mas *respeitamoØ* tamém, mema coisa. Se caí dia de semana, *guardamoØ*, mema coisa. *GuardamoØ* mema coisa, só que daí a mãe não faiz janta, não faiz nada, né.

(20)

**Entrevistadora:** Também tem mais alguma festa?

**Informante:** Não, que nois *guardamoØ*, mais era Natal e Páscoa, né.

(21)

[Sobre a morte da mãe]

Foi a mãe. Terça-feira, *enteremo*Ø ela

(22)

O pai prantou, ih, o pai acho que prantô 20 e poucos ano de fumo, o pai. Já faz 23 ano que ele moreu. Daí nós, a mãe prantô um poco, daí nós *paremo*Ø e *voltemo*Ø de vorta e *paremo*Ø.

(23)

O pai deu também infarte nele. [...] Só que daí ele, *larguemo*Ø ele sábado, acho que umas quatro hora, deu oiti i meia da noite, ele moreu.

(24)

[...] aquelas casona de ... [...] sim era pra trais aqui... Nós *desmanchemo*Ø vai fazer uns 5 ano, ach- que...

(25)

[Sobre o palmito] Nem que ocê cozinhe ele, num fica bão. Nós *tiremo*Ø ano passado uns meio véio i já num ficô tão gostoso quando cê pega um novo, né?

(26)

E cortô tudo, sabe? Caiu fora, ansim, deu, *levemo*Ø no médico, veio, chamei uma ambulância, o corpo de bombero, aí viero. Daí o médico custurô tudo, e ela ficô sete dia na casa, inframô, sabe...

Nos dados em (19) e (20), todos os verbos destacados estão na forma canônica e no contexto de presente, enquanto nos dados de (21) a (26), percebemos o uso da forma não canônica. A partir disso, observa-se um uso distintivo das formas, em distribuição complementar, como se cada uma delas estivesse restrita a um contexto específico. Isso também se confirma na entrevista de outro informante do banco VARLINFÉ, com o mesmo nível de escolaridade, com 96 anos, morador do campo e soldado aposentado. Os grupos de dados (27), (28) e (29) revelam essa restrição de uso temporal:

(27)

Fomo lá com o jonas park e *vortemo* com o jonas park de lá pra cá [...] *cheguemo* no Rio, *fiquemo* aqui no Rio um tempinho e foi...

(28)

Sete meses, faz... [...] nós *passemoo* duas veiz Natal lá...

(29)

**Entrevistadora:** E ajuda em alguma coisa na igreja?

**Informante:** *Ajudamo*, *ajudamo*, quando podemo, *ajudamo*.

Com isso, pudemos observar a comprovação da hipótese de que, quanto maior o grau de formalidade, mais se faria presente a variante canônica, assim como a questão da oralidade (diferentemente da escrita) que privilegia o uso da forma não canônica. É possível que, nesta região do Paraná, esteja se implementando uma mudança linguística no que se refere à distinção morfêmica para contextos de passado. É possível, entretanto, que informantes com mais escolaridade variem seu uso ou utilizem apenas a forma canônica, mas isso será alvo de estudo ulterior.

A partir desses resultados, estabelecemos o seguinte *continuum*, tentando explicitar um possível caminho de variação e mudança linguísticas, ao menos na comunidade de fala investigada:

### *CONTINUUM*

**Documentos (formais, escritos)** – uso categórico de formas C em CI e CII

**Diário (escrito, informal)** – uso variável de formas C e NC em CI

**Depoimentos (orais, transcritos)** – uso variável de formas C e NC em CI

**Entrevistas (vernáculo)** – uso específico de formas NC para IdPt2 e de formas C para IdPr, em CI e CII

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise qualitativa a que se propõe este artigo possibilitou a percepção de que, no sudeste paranaense, há certa produtividade do

fenômeno linguístico investigado – dado o aparecimento não canônico da forma de IdPt2 em três partes da amostra –, demonstrando existir variação entre as formas em contextos de escrita e de oralidade (na maioria deles, informal), o que consistiria numa peculiaridade linguística campesina. Na maioria dos dados, além disso, percebe-se o apagamento do –s final da desinência número-pessoal, o que aponta ser não um condicionante para uso das variantes desviantes (NC), mas algo que permanece na escrita e é comum na fala vernacular rural.

Ademais, pelo fato de observarmos algumas obras que tratam de variações linguísticas em outras regiões do Brasil e do Paraná e não encontrarmos indícios desse tipo de variação, podemos considerar que esta região sudeste do Paraná parece apresentar esse tipo de variação com expressividade e pode se tratar de uma marca linguística da mesorregião. Em relação à segunda conjugação, as formas NC foram encontradas apenas na última parte da amostra, revelando que esse tipo de uso ainda não se encaminhou para a escrita informal, mas isso poderá (ou não) ocorrer conforme o tempo, a depender do grau de avaliação e de prestígio da forma nova na comunidade linguística em questão.

Pretende-se que este artigo contribua para o entendimento do fenômeno linguístico que está em variação (ou não, em alguns contextos), bem como para os estudos voltados ao “dialeto caipira” e àqueles relacionados às variações linguísticas no sudeste paranaense.

VARIATION IN VERBAL AGREEMENT OF “NÓS” IN THE PRESENT AND PAST TENSE IN REGULAR VERBS OF THE 1<sup>ST</sup> AND 2<sup>ND</sup> CONJUGATION: PRODUCTIVE IN SOUTHEAST OF PARANÁ?

ABSTRACT

the theme of this article is the morphemic variation in P4 (we) in regular verbs of the 1<sup>st</sup> and 2<sup>nd</sup> conjugation. We aim to describe and analyze the canonical and non-canonical forms – such as *-a-mo(s)* versus *e-mo(s)*, and *-e-mo(s)* versus *-i-mo(s)* – in the southeast of Paraná. Therefore, we are based our research on Labov (2008 [1972]; 1994) and Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), Amaral ([1920]), Câmara Junior ([1970]), Castilho (1992) and others. The research used a qualitative methodology, analyzing spoken and written speech data and writing in Irati and Mallet towns, in the southeast of Paraná. From

the results, our hypothesis of non-canonical variant productivity in this region was confirmed.

KEYWORDS: Sociolinguistics, Linguistic variation, Southeast of Paraná, Verbal agreement, P4.

---

VARIACIÓN EN LA CONCORDANCIA VERBAL DE “NÓS” EN EL PRESENTE Y PRETÉRITO PERFEITO EN LOS VERBOS REGULARES DE 1ª Y 2ª CONJUGACIÓN: PRODUCIDA EN EL SUDESTE PARANAENSE?

#### RESUMEN

el tema de este artículo es la variación morfológica en P4 (nosotros) en los verbos regulares de 1º y 2º de la conjugación, con el objetivo de describir y analizar las formas canónicas y no-canónicas – como -a-mo(s) frente -y-mo(s), y -e-mo(s) frente a -i-mo(s) – en el sudeste de Paraná. Por lo tanto, nos hemos fundamentado en Labov (2008 [1972]; 1994), Weinreich, Labov y Herzog (2006 [1968]), Amaral (1920), Câmara Junior (1970), Castilho (1992) y otros. La investigación utilizó una metodología cualitativa, con el análisis del habla y de la escritura en las ciudades Irati y Mallet, en el sudeste de Paraná. A partir de los resultados, se confirmó la hipótesis de producibilidad de la variante no-canónica en esta región.

PALABRAS CLAVE: Sociolingüística, Variación lingüística, Sudeste del Paraná, Concordancia verbal, P4.

---

#### 5. NOTAS

- 1 No português não padrão, muitas vezes ocorre a não marcação de desinência de plural no morfema do verbo, como em “nós sempre canta” ou “nós cantou”, como muitos estudos sobre essa “não variação” na P4 já apontaram, mas não nos deteremos em tal questão por esse não ser o foco deste artigo.
- 2 O termo “vernacular” está relacionado ao conceito laboviano de “vernáculo”, em que o falante se utiliza de uma fala espontânea, não monitorada.



- 3 Segundo Bortoni-Ricardo (2011, p. 57): “[...] a palavra caipira está relacionada, em sentido estrito, à cultura rústica do estado de São Paulo [, mas] Amplo sensu, caipira é presentemente um adjetivo que descreve o modo rústico e tradicional dos habitantes do campo, independentemente da região geográfica”. Isso permite à autora usar, em alguns contextos, a expressão “dialeto caipira” como sinônima de dialeto rural, assim como fazemos nesta pesquisa.
- 4 Neste trabalho, quando a queda do –s ocorrer na desinência –mos será usado na representação dos dados, o símbolo Ø, como em –moØ, o qual representa uma categoria vazia.
- 5 Estamos utilizando “comunidade de fala”, neste artigo, a partir da definição de Guy (2001), segundo a qual se constitui de três critérios: (i) os falantes devem compartilhar traços linguísticos que sejam diferentes de outros grupos; (ii) devem ter uma frequência de comunicação alta entre si; e (iii) devem ter as mesmas normas e atitudes em relação ao uso da linguagem.

## 6. REFERÊNCIAS

- AGUILERA, V. de A. *Atlas linguístico do Paraná*. Londrina, PR: UEL, 1996. v.1. sem paginação.
- AMARAL, A. *O dialeto caipira*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1976 [1920].
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 15. ed. Loyola: São Paulo, 2002.
- BECHARA, E. *O que muda com o Novo Acordo Ortográfico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- CÂMARA JUNIOR, J. M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2010 [1970].
- CASTILHO, A. T. de. O Português do Brasil. In: ILARI, R. *Linguística Românica*. São Paulo, Ática, p. 237-285, 1992.
- COSTA, L. T. da; LOREGIAN-PENKAL, L. A coleta de dados do banco varlinfe – variação linguística de fala eslava: peculiaridades e características. *Revista Conexão UEPG*. Ponta Grossa, Paraná, vol.11, n.1 - jan./abr. 2015.

- COSTA, I. B. *O verbo na fala de camponeses: um estudo de variação*. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Campinas: Campinas, 1990.
- COUTINHO, I. de L. *Gramática histórica*. 7.ed. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1974, p. 150-165, 1974.
- FRANCA, J. T. B. *Marcas de fala caipira norte-paranaense*. Bauru: [s.n.], 1977.
- FROSI, V.; MIORANZA, C. *Dialetos italianos*. Caxias do Sul: EDUCS, 1983.
- GONÇALVES, R. T.; BASSO, R. M.. *História da Língua*. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.
- GUY, G. As comunidades de fala: fronteiras internas e externas. In: *II Congresso internacional da Abralín*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2001.
- HUBER, J. *Gramática do português antigo*. Tradução de Maria Manuela Gouveia Delille. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986 [1933].
- IPARDES. *Leituras regionais: mesorregião geográfica do centro-sul paranaense*. Curitiba: IPARDES; BRDE, 2004.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- LABOV, W. *Principles of linguistic change: Internal factors*. Cambridge: B. Blackwell, 1994.
- NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. *Origens do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- ORREDA, J. M. *Irati*. Irati: Edipar, 1974.
- PEREIRA, Ivelã. Cuidamo(s) e cuidemo(s): a variação morfêmica na p4 em verbos regulares de 1ª conjugação. *Revista Working Papers*, v. 2, n. 14, p. 49-71, Florianópolis, ago/dez. 2014.
- PORTO, L.; SALLES, J. de O.; MARQUES, S. M. dos S. (Org.). *Memórias dos povos do campo no Paraná Centro-Sul*. Curitiba: ITCG, 2013.
- QUERIQUELLI, Luís Henrique. *Permanências e reincidências latinas do português brasileiro: uma proposta de ensino de latim via linguística histórica*. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 2016.
- RUBIO, C. F.; GONÇALVES, S. C. L. *A fala do interior paulista no cenário da sociolinguística brasileira: panorama da concordância verbal e da alternância*

pronominal. Alfa: Revista de Linguística (UNESP. Online), São Paulo, v. 56, p. 1003-1034, 2012.

SILVESTRE, J. C. C. *Sociolinguística Histórica*. Madrid: Editorial Gredos, 2007.

STECA, L. C.; FLORES, M. D. *História do Paraná: do século XVI à década de 1950*. Londrina: Ed. UEL, 2002.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1990.

VASCONCELOS, J. L. de. *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1970 [1901].

WACHOWICZ, R. C. *História do Paraná*. 7. ed. Curitiba: Vicentina, 1995.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

ZILLES, A. M. S.; MAYA, L.; SILVA, K. A concordância verbal com a primeira pessoa do plural em Panambi e Porto Alegre, RS. *Organon*, Porto Alegre, v.14, n.28/29, p.195-219, 2000.

ZILLES, A. M.; BATISTA, H. H. A concordância verbal na primeira pessoa do plural na fala culta de Porto Alegre. In: *Variação, mudança e contato linguístico no português da região sul*. Pelotas: EDUCAT, p. 100-124, 2006.

---

Submetido em 03 de maio de 2016.

Aceito em 18 de outubro de 2016.

Publicado em 23 de novembro de 2016.

---

